

Nova proposta para o FMI

RUDOLFO LAGO,
ANDRÉA CORDEIRO E
RODRIGO RANGEL

DA EQUIPE DO CORREIO

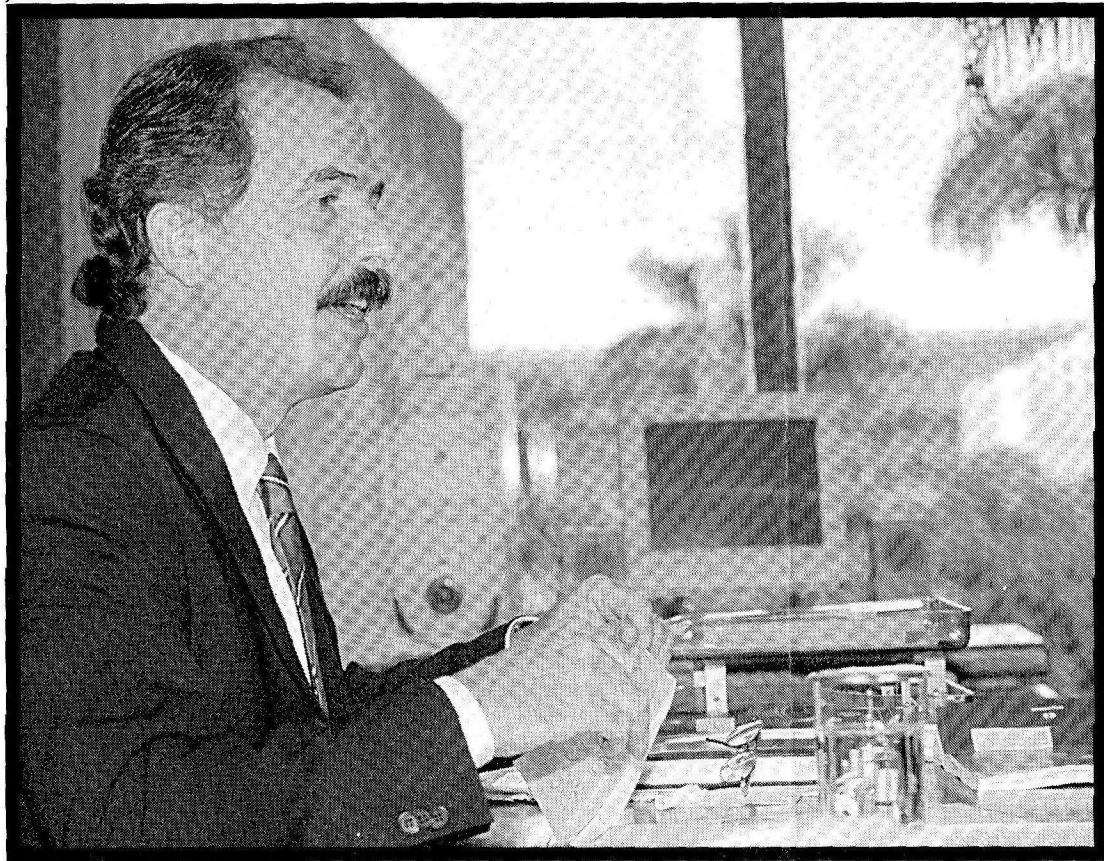
José Varella 05.02.03

Dez de abril de 2003. O dia poderá ficar marcado como aquele em que de fato começou a política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Do plenário do Senado, com o aplauso dos líderes dos partidos de oposição, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), propôs uma nova forma de relação do país com o Fundo Monetário Internacional para o pagamento da dívida. O objetivo é estabelecer mecanismos que possam conciliar a necessidade de honrar os compromissos e contratos com o Fundo e o crescimento econômico.

A nova fórmula proposta não entraria em vigor agora, mas, de forma negociada, apenas a partir de 2005 e já consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) apresentada ontem pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega. A LDO será enviada na próxima terça-feira para o Congresso e já propõe que as mudanças anunciadas por Mercadante ocorrerão daqui a dois anos.

O que o governo propõe é a criação de um mecanismo que vincule o pagamento da dívida ao crescimento econômico. Se o país cresce mais, paga um percentual maior da sua dívida. Se cresce menos, o percentual também cai, e garante mais recursos para os investimentos sociais e em infraestrutura. Tecnicamente, o governo chama a fórmula de "superávit anti-cíclico". A idéia vem sendo discutida há oito meses. A equipe econômica de Lula já a defendeu em conversas com os governos da Argentina, do Chile, do México, da Alemanha e dos Estados Unidos. Pessoalmente, Mercadante também a expôs ao ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, que também apoiou a nova fórmula. Informalmente, a sugestão já foi exibida a alguns técnicos do FMI.

A fórmula não foi apresentada antes e nem constou do pro-



MERCADANTE PROPÔS A CRIAÇÃO DE UM MECANISMO QUE VINCULE O PAGAMENTO DA DÍVIDA AO CRESCIMENTO DO PIB

grama de governo na campanha por causa da necessidade do *choque de confiança* ao qual Lula foi obrigado pela reação do mercado financeiro ao seu favoritismo.

Os bons índices econômicos obtidos a partir desta semana, com a queda do dólar e do Risco Brasil, entre outros indicadores, levaram o governo a avaliar que chegava o momento de colocar o tema em discussão. "Com responsabilidade, sem voluntarismo, sem qualquer medida unilateral, julgamos importante abrir agora essa discussão", disse Mercadante. O senador deixa claro que nada do que está sendo proposto é para agora. Para este ano e para 2004, a meta de superávit comprometida, de 4,25% do PIB, está mantida. Os índices a serem aplicados a partir de 2005 terão de ser negociados com o FMI, em caso de novo acordo.

Hoje, as condicionantes impostas pelo Fundo estão todas vinculadas ao aperto fiscal. O país fica obrigado a comprometer um percentual fixo do

seu Produto Interno Bruto para o pagamento da dívida, independentemente de quanto vá crescer. Se algum fator leva o país a uma crise econômica, mantém-se a obrigatoriedade de manutenção da mesma meta. "Fica obrigado a gastar menos, cortar investimentos quando o país mais precisa deles", observa Mercadante. "É uma visão totalmente monetarista. Queremos incluir um viés desenvolvimentista nela."

Mantega diz que a medida tem como objetivo melhorar o cenário econômico e voltar a atrair investimentos. As projeções do Ministério do Planejamento são de crescimento da economia brasileira de 3,5% em 2004, 4% em 2005 e 4,5% em 2006. "É o que chamamos de crescimento sustentado, que vai galgando degraus e se consolidando", disse o ministro. Esse desempenho depende, fundamentalmente, das reformas. "Se elas se concretizarem ainda em 2003, é possível até reduzir as metas de superávit para os pró-

ximos anos", afirmou Mantega.

Mercadante observa que a capacidade de pagamento não se dá apenas pela conquista do superávit primário, a partir da economia de gastos orçamentários. Também pode ser dar pelo superávit comercial, a partir do crescimento e do aumento das exportações. "A manutenção por muito tempo de uma economia recessiva inibe essa possibilidade de crescimento, e obriga a cortes cada vez maiores. Até se chegar a uma situação de completa insolvência. O caso mais dramático de como isso ocorre é a Argentina", observa.

O que o governo propõe a partir de 2005 é que a relação com o FMI se dê a partir da projeção de diferentes cenários para o país. Em um cenário otimista, de grande crescimento, o Brasil comprometeria um percentual maior do seu PIB no pagamento da dívida. Em um cenário pessimista, ficaria estabelecido um comprometimento menor.